

## Ivo Dantas

Livre-Docente em Direito Constitucional pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Livre-  
-Docente em Teoria do Estado pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Doutor em Direito  
Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Professor Titular e Ex-Diretor da  
Faculdade de Direito do Recife da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Professor Titular de  
Processo Constitucional na Faculdade de Direito de Olinda. Juiz Federal do Trabalho Aposentado. Advogado  
e Parecerista. Membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas; da Academia Pernambucana de Letras  
Jurídicas; da Academia Brasileira de Ciências Morais e Políticas; do Instituto Pimenta Bueno – Associação  
Brasileira dos Constitucionalistas; do *Instituto Iberoamericano de Derecho Constitucional* (México); do  
*Consejo Asesor del Anuario Iberoamericano de Justicia Constitucional*, *Centro de Estudios Políticos y  
Constitucionales* – CEPC (Espanha) e Membro Efetivo do Instituto dos Advogados de Pernambuco.  
Presidente do Instituto Pernambucano de Direito Comparado. Presidente da Academia Pernambucana  
de Ciências Morais e Políticas. Fundador da Associação Brasileira dos Constitucionalistas Democráticos.

# CONSTITUIÇÃO & PROCESSO

**4ª Edição**  
**Revista e Atualizada**

**Colaboradores:**

**Rinaldo Mouzalas** Professor, Universidade Federal da Paraíba  
**Francisco Ivo Dantas Cavalcanti Filho** Advogado e Especialista em Direito e Processo Trabalhistas

Curitiba  
Juruá Editora  
2019

---

Visite nossos *sites* na Internet  
[www.jurua.com.br](http://www.jurua.com.br) e  
[www.editorialjurua.com](http://www.editorialjurua.com)  
e-mail: [editora@jurua.com.br](mailto:editora@jurua.com.br)

---

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

**ISBN: 978-85-362-9209-0**

**JURUÁ**  
EDITORA

**Brasil** – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900  
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

**Europa** – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –  
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 -- Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor:** José Ernani de Carvalho Pacheco

---

Dantas, Ivo.  
D192      Constituição & processo./ Ivo Dantas./ 4ª edição./  
Curitiba: Juruá, 2019.  
912p.

1. Constituição. 2. Processo. I. Título.

CDD 342.023

CDU 342.4

00009

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

11-2019

## SUMÁRIO

---

<b>Capítulo I</b>	<b>CONSTITUIÇÃO E CONSTITUCIONALISMO. A IDEOLOGIA CONSTITUCIONAL .....</b>	<b>41</b>
1	Da Constituição como <i>Estatuto do Poder</i> .....	41
2	Direito e Sociedade: Necessidade desta Colocação. Diversos Posicionamentos Doutrinários .....	45
2.1	O direito oficial e o direito vivo .....	53
3	Direito e História. Constituição e <i>Ideologia Constitucional</i> .....	54
4	Breve Histórico do Direito Constitucional Enquanto Processo. Do Constitucionalismo <i>Liberal</i> ao Constitucionalismo <i>Social</i> .....	56
5	O Constitucionalismo Global ou o Constitucionalismo na Era da Globalização: um Novo Direito Constitucional? .....	64
6	Anexo: Pequena Bibliografia sobre <i>História do Direito</i> .....	68
<b>Capítulo II</b>	<b>DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS NO CONSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO E NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 .....</b>	<b>73</b>
1	Introdução ao Tema. Sua Importância para o Direito Constitucional Processual .....	73
2	A Questão Terminológica. Nossa Posição .....	80
3	Natureza Filosófica: O Direito Natural e o Estado de Direito .....	83
4	Os Direitos Individuais: História de sua Formação como Teoria. Situação Atual .....	89
5	As Garantias ou Remédios Constitucionais .....	100
6	Os <i>Direitos e Garantias</i> no Direito Constitucional Contemporâneo: Breves Notas ..	104
7	Os <i>Direitos</i> e as <i>Garantias</i> no Direito Constitucional Brasileiro Vigente .....	120
7.1	Os direitos sociais enquanto <i>geração de direitos</i> .....	124
7.2	O <i>neoliberalismo</i> e o sistema constitucional brasileiro .....	127
8	A Ação de Inconstitucionalidade por Omissão, o Mandado de Injunção e a Ação de Descumprimento de Princípio Fundamental: Breves Notas .....	128
9	Síntese Conclusiva .....	129

<b>Capítulo III</b>	<b>CONSTITUIÇÃO, BIOÉTICA E BIODIREITO: BREVES NOTAS AO BIODIREITO CONSTITUCIONAL .....</b>	<b>155</b>
1	Justificativa do Capítulo .....	155
1.1	Bioética, valores e Constituição. A bioconstituição ou biodireito constitucional .....	157
1.2	A dignidade da pessoa humana .....	161
2	Uma Nova Geração de Direitos? A Bioética: um Primeiro Contato .....	168
2.1	O caráter multidisciplinar da <i>bioética</i> e do <i>biodireito</i> .....	180
<b>Capítulo IV</b>	<b>TEORIA CONSTITUCIONAL DO PROCESSO: CONSTITUIÇÃO E PROCESSO .....</b>	<b>197</b>
1	Anotações Prévias ao Estudo do Direito Constitucional .....	197
1.1	A questão terminológica: direito constitucional ou direito político? .....	200
1.2	O direito constitucional e sua dimensão científica: processo e conhecimento .....	205
2	A Variação Histórica do Direito Constitucional .....	208
3	Constituição, Processo e Direitos Individuais .....	213
3.1	A ideologia constitucional e a ideologia processual .....	228
<b>Capítulo V</b>	<b>CONSTITUCIONALISMO DEMOCRÁTICO E JUSTIÇA CONSTITUCIONAL: PRINCIPAIS MODELOS. UMA ANÁLISE COMPARADA .....</b>	<b>239</b>
1	Introdução: Direito Estrangeiro e Direito Comparado .....	239
2	Estado de Direito, Constitucionalismo Democrático, Justiça Constitucional e o Controle da Constitucionalidade .....	245
2.1	Natureza do Tribunal ou Corte Constitucional .....	249
3	Pressupostos Teóricos do Controle de Constitucionalidade .....	253
3.1	Conceito atual de Constituição .....	257
3.2	Conceito de "sistema jurídico" .....	265
3.3	Conceitos de constitucionalidade, inconstitucionalidade e ilegalidade .....	268
4	Controle por Órgão Político: o Modelo Francês e o <i>Conseil Constitutionnel</i> .....	275
5	O Controle Jurisdicional: Modelos Concentrado e Difuso .....	285
5.1	O modelo português .....	294
5.2	O modelo espanhol .....	299
6	A Inconstitucionalidade por Omissão nos Sistemas Iugoslavo e Português .....	301
7	A Jurisdição Constitucional na América Latina .....	306
8	Síntese Conclusiva .....	308

<b>Capítulo VI</b>	<b>JURISDIÇÃO E PROCESSO CONSTITUCIONAIS: REALIDADES SINÔNIMAS E/OU DIVERSAS? O DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL E O DIREITO CONSTITUCIONAL PROCESSUAL.....</b>	<b>311</b>
1	Justificativa Inicial e Primeiras Colocações.....	311
2	Da Jurisdição .....	316
2.1	Unidade da função jurisdicional .....	327
3	Do Processo .....	329
3.1	Do processo constitucional .....	331
3.2	Natureza jurídica do processo .....	334
4	O Direito Constitucional Processual e o Direito Processual Constitucional .....	340
5	Da Codificação e da Consolidação .....	359
5.1	Unificação legislativa do DCP e do DPC. Os exemplos do Peru e de Honduras .....	364
5.2	Fontes .....	367
6	Nossa Posição .....	373
<b>Capítulo VII</b>	<b>DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E SEUS DESDOBRAMENTOS...</b>	<b>377</b>
1	Da Interdependência dos Princípios do Processo e do Procedimento .....	377
2	Princípio do <i>Devido Processo Legal</i> no Brasil e no Direito Estrangeiro .....	380
3	Princípio do Juiz Natural, o Acesso à Justiça e o Direito de Petição .....	390
3.1	A Emenda Constitucional 45/2004 e o acrescido inc. LXXVIII do art. 5º.....	395
4	Princípio do Contraditório ou Bilateralidade do Processo .....	401
4.1	Tutela antecipada: inconstitucionalidade? .....	403
5	Princípio do Duplo Grau de Jurisdição .....	411
6	Princípio da Fundamentação das Decisões e sua Publicidade.....	421
7	Princípio da Coisa Julgada.....	427
8	Bibliografia Complementar sobre a Reforma do Judiciário.....	428
<b>Capítulo VIII</b>	<b>INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL E GARANTIAS PRINCIPOLÓGICAS DO PROCESSO .....</b>	<b>437</b>
1	Colocações Prévias .....	437
1.1	Conceitos de interpretação e hermenêutica .....	444
1.2	A interpretação constitucional .....	445
2	Dos Princípios Jurídicos: sua Importância e Conceito.....	447
2.1	A existência de normas constitucionais inconstitucionais.....	466

3	Do Processo e do Procedimento: uma Distinção. Enunciação dos Princípios.....	472
4	Bibliografia Complementar .....	475

## **Capítulo IX DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL:**

	<b>TEORIA GERAL .....</b>	<b>481</b>
1	O Novo Ciclo Constitucional Brasileiro e suas Características .....	481
2	A Constituição Federal de 05.10.1988 e os Mecanismos Atuais de Controle da Constitucionalidade .....	483
3	O <i>Controle Difuso (Incidental)</i> : Aspectos Constitucionais e Processuais. Mandado de Segurança e Controle da Constitucionalidade .....	487
3.1	Introdução: a EC 45/2004 e as influências no controle de constitucionalidade ..	492
3.2	O art. 102, III, “d” da Constituição Federal .....	494
3.3	O § 3º do art. 5º.....	496
3.4	O recurso extraordinário: a EC 7/1977 e a Medida Provisória 2.226, de 04.09.2001 como <i>precedentes da repercussão geral</i> na EC 45/2004. O STF e a doutrina .....	499
3.5	A análise da <i>repercussão geral</i> na EC 45/2004 .....	509
3.6	O § 3º do art. 102 da CF: <i>repercussão geral no recurso extraordinário</i> .....	518
3.7	Nossa posição .....	529
4	O STF, a Declaração de Inconstitucionalidade e o Senado Federal .....	536
5	O <i>Controle por Via Direta</i> : a <i>Ação Direta de Inconstitucionalidade</i> , a Constituição Federal e o Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.....	540
6	A Legitimação Ativa, a Ação Direta de Inconstitucionalidade e a Ação Declaratória de Constitucionalidade (EC 45/2004).....	549
7	O Procurador-Geral da República, o Advogado-Geral da União e a ADIN.....	554
8	A Constituição de 1988, a Ação de Inconstitucionalidade por Omissão e o Mandado de Injunção.....	557
9	A Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva .....	575
10	A EC 3/1993 e a Ação Declaratória de Constitucionalidade .....	576
11	O Caráter Vinculante: Primeiras Palavras.....	577
11.1	Antecedentes normativos no Brasil.....	579
12	O Art. 103-A da CF e a <i>Súmula Vinculante</i> .....	582
13	Alguns Conceitos Fundamentais.....	584
14	A Lei 11.417/2006 e a Edição da Súmula Vinculante .....	588
15	Bibliografia Complementar .....	592

<b>Capítulo X</b>	<b>O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA COISA JULGADA. A COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL: DECLARAÇÃO JUDICIAL DE INEXISTÊNCIA.....</b>	<b>601</b>
1	Explicações Preliminares.....	601
2	A Constituição e o Sistema Jurídico. <i>Supralegalidade</i> dos Conteúdos Constitucionais e sua <i>Efetividade</i> . Controle de Constitucionalidade. O <i>Direito Processual Constitucional</i> e seu Objeto: o Controle de Constitucionalidade. Sistemas Difuso e Concentrado de Controle e sua Aplicabilidade no Brasil. Breves Notas Necessárias.....	607
3	Princípio da Coisa Julgada. Coisa Julgada Formal e Coisa Julgada Material. A Relativização da Coisa Julgada Frente aos Princípios Constitucionais da Justiça, da Moralidade e da Legalidade.....	611
3.1	A posição de José Augusto Delgado.....	616
3.2	A posição de Cândido Rangel Dinamarco.....	619
4	Existe <i>Coisa Julgada Inconstitucional</i> ? A Posição de Humberto Theodoro Junior e Juliana Cordeiro de Faria.....	622
5	Meios de Ataque à <i>Coisa Julgada Inconstitucional</i> .....	635
5.1	Ação rescisória.....	636
5.2	Mandado de segurança.....	641
5.3	Ação declaratória de nulidade absoluta da sentença.....	649
6	Necessidade de Uniformização das Decisões Judiciais.....	654
7	A Medida Provisória 2.180-35 (24.08.2001) e o Art. 741 do CPC/1973 (Atual Art. 525 do CPC/2015).....	656
8	Conclusões. Nossa Posição.....	658
<b>Capítulo XI</b>	<b>A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE E A AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE: A CF E A LEI 9.868/1999.....</b>	<b>663</b>
1	Introdução.....	663
2	Da Ação Direta de Inconstitucionalidade: <i>Legitimação Ativa</i> .....	666
2.1	Da petição inicial. Prazo de interposição. Desistência.....	670
3	O Procedimento da Ação. A <i>Dilação Probatória</i> .....	672
4	Da <i>Medida Cautelar</i> nas Ações Direta de Inconstitucionalidade e Declaratória de Constitucionalidade.....	674
5	Da Ação Declaratória de Constitucionalidade: sua Previsão Constitucional.....	682
5.1	A <i>demonstração da controvérsia</i> como pressuposto da admissibilidade da ação declaratória de constitucionalidade. Do <i>procedimento da ação</i> .....	691
5.2	Da decisão na ação direta de inconstitucionalidade e na ação declaratória de constitucionalidade.....	695
5.3	Dos <i>efeitos</i> na ação direta de inconstitucionalidade.....	696

6	Das Disposições Gerais e Finais na Lei 9.868/1999 .....	700
7	Alguns Exemplos Jurisprudenciais .....	705
<b>Capítulo XII A AÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL A CF E A LEI 9.882/1999 .....</b>		<b>733</b>
1	A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental .....	733
2	Caráter Subsidiário da Lei: Recurso ou Ação? .....	735
3	Conceito de Preceito Fundamental .....	737
4	Do <i>Cabimento da Ação</i> : Breve Análise .....	743
4.1	O recurso constitucional austríaco ( <i>Beschwerde</i> ) .....	747
4.2	O <i>amparo</i> espanhol .....	758
4.3	As primeiras decisões do STF em relação à <i>subsidiariedade</i> .....	761
5	A Amplitude Material da Ação e suas <i>Inconstitucionalidades</i> .....	762
6	Da <i>Legitimação Ativa</i> e da Petição Inicial .....	770
7	A Medida Liminar e seus Efeitos .....	774
8	O Procedimento da Ação e a <i>Dilação Probatória</i> .....	777
9	A Sentença e seus Efeitos .....	778
10	Irrecorribilidade Significa Imutabilidade Futura? .....	784
11	Da Reclamação .....	786
<b>Capítulo XIII O MANDADO DE INJUNÇÃO .....</b>		<b>789</b>
1	Introdução .....	789
2	Origens: o Mandado de Injunção como uma Criação Original da CF/1988 .....	790
3	A Evolução da Doutrina e da Jurisprudência sobre a Eficácia da Decisão que Concede a Injunção .....	793
4	Principais Aspectos do Mandado de Injunção na Lei 13.300/2016 .....	799
4.1	Cabimento .....	800
4.2	Legitimidade ativa e passiva .....	801
4.3	Competência .....	804
4.4	Procedimento .....	805
5	A Previsão da Lei 13.300/2016 Acerca da Eficácia da Decisão em Mandado de Injunção .....	806
6	Referências .....	810
<b>REFERÊNCIAS .....</b>		<b>813</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO .....</b>		<b>893</b>